

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
ATA DA 236ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

1 Aos 03 (três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, às 09h e
2 00min, reuniu-se o Egrégio Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da
3 Bahia, sob a presidência de Dr. Rafson Saraiva Ximenes, Defensor Público Geral, e
4 demais presentes, Dra. Firmiane Venâncio do Carmo Souza, Conselheira
5 Subdefensora Geral, e demais presentes, Dra. Isabel Cristina Souza Neves Almeida,
6 Conselheira Corregedora-Geral Adjunta, em substituição a Cons. Corregedora Geral,
7 Dra. Liliana Sena Cavalcante, Dra. Ana Valéria Correia Brasil, Conselheira Titular, Dr.
8 Bruno Moura Castro, Conselheiro Titular, Dr. Lucas Silva Melo, Conselheiro Titular,
9 Dra. Manuela Santana Passos, Conselheira Titular, Dra. Maria Auxiliadora Santana B.
10 Teixeira, Conselheira Titular. Presente, ainda, Dr. Igor Raphael de Novaes Santos,
11 Presidente da ADEP/BA. **Item 01 - Julgamento dos(as) habilitados(as) ao processo**
12 **de Promoção para Instância Superior. A Cons. Corregedora Geral Adjunta, Isabel**
13 **Neves**, requereu uma retificação no relatório apresentado em relação a habilitada,
14 Isabela Guedes Moreira da Silva, uma vez que em verdade a colega foi membro da
15 ADEP/BA e não do CS. **O Presidente do CS esclareceu** que pelo critério de
16 antiguidade, dentre os habilitados ao 15º DP de Instância Superior/Crime, Júri,
17 Execução Penal e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao 16ª DP de
18 Instância Superior/Crime, Júri, Execução Penal e Defesa dos Direitos da Criança e do
19 Adolescente, os(as) Defensores(as) Públicos(as) mais antigos são, Walmary Dias
20 Pimentel, inscrita sob processo nº 01.0497.2022.000011243-8, e Astolfo S. Simões de
21 Carvalho, inscrito sob processo nº 01.0497.2022.000010732-9, cabendo esses a
22 promoção às unidades referenciadas, respectivamente. Todos os membros votaram
23 favoravelmente pela promoção dos(as) Defensores(as) Públicos(as), Walmary Dias
24 Pimentel ao 15º DP de Instância Superior/Crime, Júri, Execução Penal e Defesa dos
25 Direitos da Criança e do Adolescente, e Astolfo S. Simões de Carvalho ao 21ª DP de
26 Instância Superior/Crime, Júri, Execução Penal e Defesa dos Direitos da Criança e do
27 Adolescente. **Ato contínuo, o Presidente do CS iniciou** a votação dentre os
28 habilitados ao 16º DP de Instância Superior a fim de ser formada a lista tríplice. **A**
29 **Cons. Ana Valéria consignou que** vota em Laura Fabíola, a qual já compôs por 3x
30 vezes listas de merecimento. Ressaltou que a colega é um acervo vivo da Instituição, e
31 já foi mencionada toda a luta associativa, inclusive, a importância nacional se deve a
32 luta e ao trabalho da colega. Aduziu que vota na Defensora Pública, Mônica Aragão,
33 uma vez que é um reconhecimento por todo o trabalho dedicado e disponibilidade.
34 Destacou, ainda, a contribuição da colega nos trabalhos na PREV Nordeste. Consignou
35 que também vota em Berenice Menezes por todo o trabalho realizado. Aduziu que a
36 Defensora Pública enfrenta uma quantidade considerável de processos em sua
37 atuação, e possui mais de 44 (quarenta e quatro) anos de serviço público, e 24 (vinte e
38 quatro) anos na Defensoria Pública, e desde 2006 na área de família. **O Cons. Bruno**
39 **Moura consignou que** registra o papel da Corregedoria Geral, inclusive, de seus
40 servidores, no sentido de catalogar todo o histórico dos colegas habilitados. Aduziu
41 que, com base nos relatórios apresentados, sem demérito nenhum aos demais
42 habilitados, os quais construíram uma história na Instituição, vota em Laura Fabíola.
43 Percebe-se, inclusive, a participação da colega em eventos relacionados a sua área de
44 atuação. Destacou a história Institucional da Defensora Pública e a construção da
45 Defensoria, especialmente a luta associativa e no FAJ. Aduziu que vota em Andrea

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
ATA DA 236ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

46 Tourinho, a qual possui uma história na atuação criminal muito relevante. Destacou o
47 currículo acadêmico da colega, inclusive, internacional e a produção científica
48 extremamente relevante. Salientou a atuação muito ativa enquanto membro da
49 Comissão de Justiça Restaurativa, do TJ/BA, e sua atuação vinculada ao HCT. Aduziu
50 que vota no Defensor Público Gilmar Bittencourt, o qual possui vasto currículo
51 acadêmico, inclusive com produção científica e livro publicado. Destacou a história
52 Institucional do colega, a exemplo da sua atuação enquanto Subcoordenador do
53 Núcleo Direitos Humanos. Ressaltou que o Defensor Público Gilmar Bittencourt talvez
54 seja o primeiro Defensor a levantar e debater a questão racial na Instituição, a qual é
55 uma questão central que deve ser enfrentada pela DPE/BA. **A Cons. Clarissa Lima**
56 **consignou** que parabeniza a Corregedoria Geral pelos relatórios confeccionados.
57 Aduziu que vota no Defensor Público Gilmar Bittencourt o qual é um nome forte
58 inclusive fora do Estado da Bahia. Ter o colega na Instância Superior, para além de
59 uma questão de representatividade, é estratégico, uma vez que defende temas que
60 muitos Defensores e Defensoras deveriam aprender mais sobre a pauta racial. Aduziu
61 que vota na Defensora Pública Laura Fabíola, uma vez que é visível a contribuição
62 para a Instituição, em especial, na caminhada política, a qual tem muito a gerar valor
63 na Instância Superior. Consignou que vota na Defensora Pública Guiomar Fauaze, a
64 qual possui atuação na área de Família e quase 30 (trinta) anos de serviços prestados
65 à Instituição. Destacou a atuação da colega na Comarca de Amargosa, a qual ainda é
66 muito lembrada. **A Cons. Subdefensora Pública Geral, Firmiane Venâncio**
67 **consignou** que vota nos colegas, Laura Fabíola, Gilmar Bittencourt e Mônica Aragão,
68 por toda a contribuição na construção da DPE/BA. Salientou que todos os 03 (três) tem
69 um histórico no aprimoramento profissional, e também o envolvimento nas causas da
70 DPE/BA e na Defensoria Pública no país. Aduziu que parabeniza aos colegas todo o
71 trabalho e dedicação dispensados à Instituição. Ressaltou o trabalho da Corregedoria
72 Geral, inclusive, muitas vezes em tempo exíguo a fim de contribuir com os trabalhos do
73 CS. **A Cons. Corregedora Geral Adjunta, Isabel Neves, consignou que** estende os
74 elogios dispensados a todos da equipe da Corregedoria. Aduziu que vota na colega
75 Isabela Guedes, a qual ingressou em 1997, e atuou em diversas unidades criminais.
76 Destacou que a Defensora foi vice-Presidente da ADEP/BA, foi membro da CEPRO,
77 recebeu menção honrosa pela contribuição na realização do IV Seminário Internacional
78 da DPE/BA em matéria de Direito do Consumidor. Salientou que é uma Defensora
79 Pública que na atividade-fim faz a diferença na atuação em prol dos assistidos. Aduziu
80 que vota nas Defensoras Públicas, Laura Fabíola e Mônica Aragão, as quais foram
81 indicadas na sessão passada, e reitera tudo o quanto já esposado, uma vez que o
82 histórico funcional fala por si. **O Cons. Lucas Melo consignou** que vota em Laura
83 Fabíola, por todo o histórico e importância Institucional amplamente suscitada por
84 todos. Salientou que muito daquilo que a DPE/BA possui de importância e visibilidade
85 atualmente, é fruto do trabalho dedicado da colega, não apenas na vida associativa,
86 mas, também enquanto órgão de execução. Aduziu que vota em Mônica Aragão, pois,
87 de igual maneira, é uma colega de coragem e que se coloca nos espaços. Destacou a
88 atuação em cargos eletivos, história Institucional, e todo o esforço junto ao órgão de
89 execução. Consignou que vota em Berenice Menezes por todo o seu histórico
90 Institucional e anos dedicados à Instituição na área de família. **A Cons. Manuela**

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
ATA DA 236ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

91 **Passos consignou que** vota na colega Laura Fabíola. Destacou que as ações da
92 colega criaram uma marca, e seu voto é uma forma de reconhecer a trajetória em prol
93 do crescimento e fortalecimento da Instituição. Aduziu que vota na Defensora Pública
94 Mônica Aragão por toda a dedicação Institucional, conforme já exposto no voto dos
95 demais colegas. Consignou que vota no Defensor Público, Gilmar Bittencourt, por toda
96 a sua vida acadêmica, em especial pelo trabalho da pauta racial. Consignou que
97 parabeniza todas e todos os colegas habilitados, pois todos enobrecem a instituição. **A**
98 **Cons. Maria Auxiliadora consignou que** vota na Defensora Pública Berenice
99 Menezes a qual realiza um trabalho sério, com eficiência e efetividade. Aduziu que vota
100 no Defensor Público Armando Fauaze, o qual recebeu título por onde passou, e
101 permanece extremamente comprometido em sua atuação. Aduziu que vota em Laura
102 Fabíola por toda a sua história na atuação na atividade fim e na vida Institucional, a
103 exemplo da atuação na ADEP/BA. Destacou que o currículo da colega é extenso, e
104 parabeniza a colega por todo o trabalho dedicado e destacado em prol da Instituição. **O**
105 **Presidente do CS consignou que** reitera indicações que foram feitas na sessão
106 passada, nos nomes de Gilmar Bittencourt e Mônica Aragão, pelas mesmas razões já
107 declinadas. Aduziu que vota na Defensora Pública Andrea Tourinho, pois se trata da
108 maior estudiosa em Direito Penal na DPE/BA. **O Presidente do CS consignou que** a
109 lista tríplex restou formada pelo(as) Defensores(as) Públicos(as): Laura Fabíola, com
110 08 (oito) votos, Mônica Aragão com 06 (seis) votos, e Gilmar Bittencourt com 05 (cinco)
111 votos. Aduziu que, considerando que a Defensora Pública Laura Fabíola Amaral
112 Fagury figurou por 03 (três) vezes consecutivas em listas tríplex por merecimento, na
113 ocasião da 159ª Sessão Ordinária do CS, realizada em 04/02/2019, na 199ª Sessão
114 Ordinária do CS realizada em 01 de agosto de 2022, e na presente sessão, em
115 atenção quanto disposto no artigo nº 123, §1º, da L.C. 26/2006, resta promovida ao 16ª
116 DP de Instância Superior/Crime, Júri, Execução Penal e Defesa dos Direitos da Criança
117 e do Adolescente, a Defensora Pública Laura Fabíola Amaral Fagury. Esclareceu,
118 ainda, que editará o competente ato a ser publicado no D.O. da DPE/BA na data de
119 amanhã. Todos os membros parabenizaram os(as) Defensores(as) Públicos(as)
120 promovidos(as) na presente sessão. **Deliberação:** Pela promoção dos(as)
121 Defensores(as) Públicos(as), Walmary Dias Pimentel, processo nº
122 01.0497.2022.000011243-8, pelo critério de antiguidade, ao 15º DP de Instância
123 Superior/Crime, Júri, Execução Penal e Defesa dos Direitos da Criança e do
124 Adolescente; Laura Fabíola Amaral Fagury, processo nº 01.0497.2022.000010929-1,
125 pelo critério de merecimento, ao 16ª DP de Instância Superior/Crime, Júri, Execução
126 Penal e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; e Astolfo S. Simões de
127 Carvalho, processo nº 01.0497.2022.000010732-9, pelo critério de antiguidade, ao 21ª
128 DP de Instância Superior/Crime, Júri, Execução Penal e Defesa dos Direitos da Criança
129 e do Adolescente. **Item 02 - Apresentação de criação de Unidades Defensoriais,**
130 **autoria: Rafson Saraiva Ximenes, artigo 32, inciso LIII, da L.C. 26/2006. O**
131 **Presidente do CS consignou** que a presente proposta é fruto um trabalho de vários
132 anos para se alcançar na presente proposta, em cotejo com a necessidade de
133 expansão, em observância à Lei. Ao mesmo tempo, para reforçar a Comarca de
134 Salvador, considerando a densidade populacional e para ter impacto, merecia ser mais
135 significativa, o que foi feito. Aduziu que estão inscritos para realizar o uso da palavra,



Defensoria Pública
BAHIA

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
ATA DA 236ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

136 na forma regimental, os(as) Defensores(as) Públicos(as), Nayana de Almeida Alves
137 Goncalves, Melisa Florina Lima Teixeira e Fábio Martinez Bulhões. Ato contínuo,
138 realizado o uso da palavra pelos(as) os(as) Defensores(as) Públicos(as), retro
139 mencionados, na forma do arquivo áudio visual disponível para acesso no canal da
140 DPE/BA no Youtube, por meio do link:
141 “<https://www.youtube.com/watch?v=ep93suTUmww>”, o Presidente do CS deu início aos
142 debates da minuta. **Em seguida, a Coordenadora Executiva das Dp’s**
143 **Especializadas**, Donila Fonseca, esclareceu a justificativa da criação de novas
144 unidades defensoriais e respondeu aos questionamentos dos membros. **O Presidente**
145 **da ADPE/BA consignou** que não somente na área de família e cível, que enfrentam
146 dificuldades, a Instituição como um todo vivencia um incremento de demanda. Aduziu
147 que parabeniza a iniciativa e o esforço da Administração nesse sentido. Requereu,
148 ainda, que seja dada uma atenção no reforço da estrutura física em relação as
149 unidades Defensoriais de Feira de Santana. Destacou, ainda, que há colegas que
150 estão afastados por questões de saúde, especialmente em decorrência do imenso
151 volume de trabalho, o qual foi incrementado em razão dos efeitos da pandemia e
152 intensificação das ferramentas tecnológicas dos demais órgãos do sistema de Justiça.
153 É preciso conciliar a questão, sem perder a qualidade de trabalho, e continuar no
154 processo de nomeação de novos colegas, dado que esse fato permitiu, em seu
155 entendimento, que fosse possível a apresentação da presente proposta. **A Ouvidora**
156 **Geral, Sirlene Assis, consignou que** parabeniza a DPE/BA pelo trabalho realizado
157 durante as eleições, em especial na garantia de transporte gratuito nas cidades do
158 interior. Aduziu que parabeniza a Administração pela apresentação da proposta, dado
159 que a Instituição irá crescer mais em prol dos assistidos, e espera que cada vez mais
160 seja possível fortalecer e expandir a atuação da DPE/BA. A questão da saúde mental
161 dos Defensores e servidores é uma questão real na Instituição, e esse reforço é
162 fundamental. Ato contínuo, iniciada a votação, **a Cons. Ana Valéria consignou que** é
163 gratificante a participação de colegas na presente sessão, e agradeceu a fala da
164 Coordenação Executiva, a qual dirimiu as dúvidas. Para além da expansão, é
165 importante fortalecer as unidades já existentes diante do aumento do volume do
166 trabalho. A qualidade do trabalho não depende, por si só, do esforço dos órgãos de
167 execução, mas, especialmente, de condições para tanto. É preciso evitar a produção
168 em massa e cada processo é um problema na vida do assistido, sendo dever do CS
169 lutar pela divisão mais equânime do trabalho. O volume de trabalho e o amor dedicado
170 à função e à Instituição não pode ser romantizada, sob pena de adoecimento dos
171 colegas. Consignou que parabeniza o Coordenador das DP’s Regionais, Walter
172 Fonseca, pela observância dos critérios do SIPED na proposta apresentada. Em
173 relação as demais especializadas, a necessidade está bem clara. Consignou que vota
174 no sentido da aprovação da proposta. Não basta o Defensor para resolver o problema,
175 é preciso inteligência artificial e equipe de apoio, inclusive, para fazer todo o contato
176 com os assistidos em prol da racionalização do trabalho do Defensor. Sugeriu que,
177 embora saiba que há o pleito dos colegas para se remover, não seja examinado no
178 mesmo momento da criação de unidades, para que permita uma maior dedicação dos
179 membros na análise. É extremamente necessária a expansão e o fortalecimento das
180 unidades na capital, padronizando o atendimento e contando com apoio de servidores,

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
ATA DA 236ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

181 de modo a não comprometer a saúde dos membros e a qualidade da atuação.
182 Salientou que é preciso de fato a uniformização dos atendimentos na capital e no
183 interior, uma vez que há práticas exitosas que podem e devem ser replicadas. **O Cons.**
184 **Bruno Moura consignou que** antes da sessão recebeu um pleito de uma colega no
185 sentido de ser favorável à criação das novas unidades. Aduziu que esse pleito foi
186 encaminhado pelo colega antes do envio da convocação da presente sessão. Desta
187 feita, esse colega encaminhou uma mensagem que era do Presidente do CS
188 informando a criação das unidades, e constava um pedido de maturidade da Classe e
189 sentimento de unidade desse processo complexo de crescimento e expansão. Aduziu
190 que é preciso também trazer uma reflexão sobre algo que tem visto na Instituição. No
191 momento em que o DPG encaminha uma mensagem a determinado grupo e exclui os
192 demais, sem analisar se é certo ou errado, isso gera aos outros um sentimento de
193 exclusão, uma vez que o DPG é o gestor de toda a Defensoria Pública. É importante
194 que se tente avançar em um sentimento de unidade, pois, verifica uma Instituição cada
195 vez mais fragmentada e que defende micro espaços de interesse, o que caminha no
196 esvaziamento dos espaços públicos. Em prol da construção de consensos, é preciso se
197 reunir e agregar, pois, é externamente que há o antagonismo, e dentro da Instituição é
198 preciso unidade. Aduziu que esse processo não se resume na própria Defensoria e se
199 revela em outros lugares, inclusive, em todo o país, a exemplo do que verificado no
200 processo eleitoral, a ponto de existir um sentimento de exclusão de uma bandeira
201 nacional e uma camisa, pois é usado por determinado grupo político. Aduziu que é
202 preciso deixar isso de lado, e essa reflexão não é dirigida ao DPG, mas, para todos os
203 presentes. Críticas e divergências devem existir, mas, não se deve avançar nesses
204 limites, pois, as lideranças da Defensoria nos espaços públicos devem ser sempre
205 legitimadas em prol da legitimação da própria Defensoria Pública. Registrou o recente
206 debate realizado na ADEP/BA e o respeito verificado durante todo o evento entre os
207 candidatos, o que permitiu a discussão de ideias. Consignou que parabeniza a criação
208 das unidades no interior e o trabalho da Coordenação das Regionais, e da
209 Administração Superior por criar um plano de expansão que permitiu a verificação de
210 dados para justificar quais localidades serão reforçadas. Registrou a criação de
211 unidade na comarca de Seabra, o que se revela um momento histórico. Ademais disso,
212 elogia a criação de novas unidades na capital, uma vez que a demanda da Defensoria
213 explodiu nos últimos anos. Ampliar a atuação na área de Família é importante, pois de
214 fato é muito demandada pelos assistidos. Consignou que parabeniza a presença de
215 todos os Coordenadores vinculados às unidades relacionadas na proposta, o que
216 fortaleceu a decisão e permitiu dirimir dúvidas. Diante da lógica neoliberal imposta
217 pelos demais órgãos do Judiciário, que transforma a atuação em uma mecanização
218 absurda, em prejuízo da análise cada vez mais individualizada às pessoas que buscam
219 a Justiça, é necessário pensar sobre isso. É preciso atender a demanda, todavia,
220 medindo a qualidade de atendimento e não somente na quantidade. Consignou que
221 parabeniza a presteza da Corregedoria Geral em fornecer os relatórios dos Núcleos
222 referenciados na proposta. Consignou que comunga com a sugestão esposada pela
223 Cons. Ana Valéria, de modo a não ser examinado em uma só sessão a deflagração de
224 processo de remoção e a criação de novas unidades. Em relação a proposta
225 apresentada, considera interessante o reforço às Unidades, em conjunto com o

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
ATA DA 236ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

226 processo de desvinculação do Judiciário. Talvez, em relação aos Juizados, será
227 preciso a criação de mais unidades para atender às demandas. Consignou que vota
228 favoravelmente no sentido da criação de todas as unidades propostas, e parabeniza a
229 Administração Superior pela proposta e por conjugar o processo de expansão com a
230 necessidade de reforçar às unidades da capital. Espera que esse modelo da capital
231 possa ser dialogado em outras localidades, adotando dois membros por unidade. **A**
232 **Cons. Clarissa Lima consignou que** vota favoravelmente no sentido da criação de
233 todas as unidades propostas. Aduziu que é um momento de celebrar e, em especial,
234 reconhecer aquilo que propiciou a criação de novas unidades, pois, somente foi
235 possível em razão da nomeação de novos membros. Consignou que é inquestionável o
236 reforço às unidades de Família. Aduziu que a sustentação oral dos colegas forneceram
237 ainda mais respaldo ao Conselho. Ressaltou que esse grito de socorro, diante da
238 imensa demanda, também seja atendido em relação a Região Metropolitana, sobretudo
239 em Feira de Santana. **A Cons. Subdefensora Pública Geral, Firmiane Venâncio,**
240 **consignou que** agrade as contribuições de toda a equipe, dos Coordenadores
241 Executivos, pelo trabalho realizado, levantamento, paciência e compreensão. Aduziu
242 que não é fácil ter esse diálogo enquanto se verifica a situação difícil de acúmulo de
243 trabalho enfrentada pelos colegas e alguns afastamentos por conta de saúde, sendo
244 que a presente proposta é uma resposta a isso. Se hoje foi possível, foi exatamente por
245 conta do planejamento existente e da verificação das condições para permitir o reforço.
246 Aduziu que parabeniza o DPG pela compreensão e acolhimento da proposta. Não é
247 fácil equilibrar, pois hoje a Lei estabeleceu um limite no reforço das unidades já
248 existentes, pois 50% no mínimo devem ser direcionadas para expansão. Salientou que,
249 na mesma linha da notícia da licitação para resolver os detalhes da transmissão do
250 som, recebeu a notícia que a CMO realizará a licitação de uma fábrica de software que
251 irá trabalhar continuamente os processos de automatização de inteligência artificial no
252 âmbito da Defensoria Pública, inclusive, integrando os sistemas existentes, dado que
253 irá conferir uma atualização digital desses processos. Registrou que a Coordenadora
254 das DP's Especializadas foi esplêndida na sustentação da fala na presente sessão.
255 Aduziu que é testemunha da luta da Coordenação no sentido do fortalecimento de
256 equipe de apoio, dado que serão destinados novos servidores para a atuação no Cível,
257 fruto do processo de contratação via REDA. Consignou que agradece a escuta e a
258 compreensão de todos os Conselheiros, pois, também são demandados por diversos
259 questionamentos e pedidos. **A Cons. Corregedora Geral Adjunta, Isabel Neves,**
260 **consignou que** vota favoravelmente no sentido da criação de todas as unidades
261 propostas. Destacou que o presente momento é de muita felicidade, pois a Instituição
262 cresceu, e verificar a abertura de novas unidades auxiliares para conferir apoio às
263 unidades especializadas da capital, significa que a atuação irá brilhar ainda mais com o
264 trabalho desenvolvido diuturnamente. Consignou que parabeniza todos e todas, e
265 estende à Coordenadora Executiva e todos os demais Coordenadores presentes, pela
266 brilhante apresentação que foi realizada e que esclareceu diversas dúvidas. **O Cons.**
267 **Lucas Melo consignou que** parabeniza todos os colegas que ocuparam o espaço do
268 CS na presente sessão, pois ainda é um espaço pouco aproveitado pela Classe.
269 Durante quase 04 (quatro) anos em que integrou o Colegiado, poucas foram as vezes
270 que o colegas utilizaram do uso da palavra ou compareceram. Isso é muito sintomático,

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
ATA DA 236ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

271 pois significa um momento de desestímulo da Classe. Consignou que tem ciência do
272 grande volume das demandas, e o CS é uma espaço Institucional de debate, e não
273 deve ser exercido como um órgão apenas deliberativo, mas, também, de escuta e
274 participação dos colegas. Aduziu que vota favoravelmente no sentido da criação de
275 todas as unidades propostas. Registrou a melhoria cada vez mais a qualidade das
276 propostas que são apresentadas e a fundamentação da criação de novas unidades no
277 interior. Aduziu que se recorda da primeira proposta examinada enquanto Conselheiro,
278 no primeiro biênio, e é incomparável o avanço. Destacou, ainda, uma preocupação
279 maior com a instalação efetiva das unidades, pois, aquilo que ocorreu com unidades
280 que foram criadas e não instaladas, a exemplo de Cachoeira, não deve mais acontecer,
281 pois isso é muito ruim para a população da localidade. Aduziu que em relação a
282 proposta de criação de unidades de reforço na Capital, possuía algumas dúvidas em
283 relação ao projeto, e a Coordenadora Executiva das DP's Especializadas, Donila
284 Fonseca, realizou uma explanação extremamente didática e detalhada, inclusive, da
285 forma que seriam distribuídas as unidades. Destacou que é favorável a ideia da
286 distribuição dos trabalhos na forma de núcleos, conforme exatamente a Lei determina e
287 mencionado pela Coordenadora Executiva. A divisão equânime dos trabalhos dos
288 colegas deve ser uma busca incessante da Defensoria Pública, em especial para não
289 fragilizar os novos membros que irão para as novas unidades. Em relação as
290 propostas, parabeniza as Coordenações e a própria Administração Superior, pelo
291 reforço das unidades da capital que enfrentam extrema sobrecarga. Aduziu que a
292 coleta de dados e informações facilita na decisão, e deve sempre ser cada vez mais
293 utilizada, pois a sobrecarga é existente em quase todas as Especializadas de Salvador.
294 Em relação à Especializada de Família, o judicial enfrenta um volume absurdo de
295 demandas, e parabeniza as Coordenadoras da Especializada por encampar o pleito.
296 Em relação às vagas do Cível, ficou satisfeito com as explicações, e reforça que os
297 colegas do Cível também estão muito sobrecarregados, e é uma atividade processual
298 mais complexa. Em relação ao reforço ao Juizado, as explicações e a fala do colega
299 Fábio Pereira foram importantes para subsidiar seu voto favorável. Consignou que o
300 reforço ao Defensor deve vir acompanhado com o investimento em tecnologia, a
301 exemplo do que é enfrentado no PJE com as intimações, o que representa uma má
302 utilização da mão de obra qualificada do Defensor Público. Reforçou que esse
303 problema deve ser tratado com soluções de inteligência artificial. Enquanto não for
304 tratada a gestão de tecnologia como prioridade, não será possível sair da situação de
305 extrema sobrecarga, inclusive, em uma realidade de imenso volume de trabalho resta
306 prejudicada a coleta de dados no próprio SIGAD. O Defensor Público lida com vidas, e
307 é preciso atentar por esse processo de extrema automatização. Reiterou que o
308 atrelamento do exame do CS de edital de remoção com a proposta de criação de
309 vagas, prejudica o debate, pois, caso alguma vaga necessitasse de uma informação
310 complementar, não haveria tempo suficiente, sob pena de atrasar o curso de formação
311 e a remoção dos colegas. Ademais disso, em relação ao recebimento de notícias da
312 criação da proposta por meios não oficiais, é preciso incluir todos os Defensores, pois
313 não é possível existir um critério seletivo de envio de mensagens de teor
314 essencialmente Institucional. **O Presidente do CS consignou que** no presente ponto
315 necessitará se ausentar da sessão, todavia, realizará breves considerações. Em

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
ATA DA 236ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

316 relação ao reforço às unidades, reiterou que, conforme ressaltado pela Cons.
317 Subdefensora Pública Geral, Firmiane Venâncio, a Lei determina que metade das
318 unidades criadas sejam destinadas para abertura de Comarcas, e esse cômputo tem
319 que ser realizado a cada grupo de 50 (cinquenta) novas unidades, e assim tem sido
320 observado desde a vigência da Lei. Aduziu que, independentemente de quem fosse o
321 DPG, ninguém conseguiria realizar um reforço maior do que foi feito. Ademais disso,
322 graças a política realizada, conforme os fundamentos constantes no material
323 disponibilizado aos Conselheiros, atualmente, das 47 (quarenta e sete) Comarcas que
324 terão atuação da Defensoria, apenas em 12 (doze) delas existem mais juízes do que
325 Defensores. Todas as demais ou possuem a mesma quantidade ou mais Defensores
326 que juízes. A conta que foi realizada, conforme o material que os Conselheiros
327 receberam, é a divisão do quantitativo de Juízes nas Comarcas em que a Defensoria
328 atua e o numerário de Defensores das respectivas Comarcas. No final de 2018 o
329 resultado era de 3,3, ou seja, haviam 03 (três) vezes mais Juízes do que Defensores
330 nas Comarcas onde a DPE/BA atua. Atualmente, o resultado dessa conta é 0,97, ou
331 seja, há mais Defensores do que Juízes nas Comarcas em que a DPE/BA atua.
332 Portanto, seria impossível reforçar mais do que foi reforçado. Esclareceu que, em
333 relação as mensagens enviadas, não encaminhou e-mail para ninguém sobre teor de
334 pauta do CS, inclusive, pautas e comunicações do CS nunca são disparadas por seu e-
335 mail, mas, sim do e-mail do Conselho Superior, do Gabinete e da ASCOM. Aduziu que
336 determinou o envio de mensagem após encaminhada a pauta da Sessão do CS ao
337 grupo dos Coordenadores e, depois de convocada a sessão, encaminhou em seu
338 telefone pessoal, que não é o telefone Institucional, mensagem para Defensores que se
339 comunicam rotineiramente pelo aplicativo *Whatsapp*. Há menos de 02 (dois) meses foi
340 criada uma celeuma em razão de um elogio realizado a 03 (três) Defensores em seu
341 instagram pessoal, no sentido de que se deveria elogiar outros membros, e agora
342 parece que não pode utilizar o próprio *Whatsapp*. Na sessão anterior onde foram
343 criadas mais unidades, logo após a convocação da sessão, recebeu mensagens de
344 pessoas que receberam notícias de Conselheiros questionando se era verdade.
345 Aparentemente os membros do CS podem encaminhar mensagens para quem assim
346 entender, ao passo que, caso o Presidente do CS envie, seria um ato antidemocrático.
347 É preciso parar de criar fato político sobre algo inexistente. A Comunicação oficial
348 daquilo que ocorreu no CS é o Extrato, e a ata, que são públicos. Alguns Conselheiros
349 resolveram elaborar e divulgar, sem a participação de outros membros, um Boletim do
350 que é examinado nas sessões, e não há nenhum problema nisso. Não houve
351 manifestação para dizer que esse ato seria antidemocrático. Consignou que nesse
352 momento a Cons. Subdefensora Pública Geral irá presidir a sessão, e deseja uma boa
353 sessão para todos. **A Cons. Manuela passos consignou que** vota favoravelmente no
354 sentido da criação de todas as unidades propostas. Aduziu que parabeniza a
355 Administração Superior pelo ato de avanço, expansão e reforço, uma vez que tem
356 ciência do quanto é difícil diante a escassez de recursos, o que representa um ato de
357 coragem. Aduziu que também parabeniza todos os representantes das regionais,
358 Subcoordenadores, e Coordenações. Consignou que a explanação das Coordenações
359 e dos colegas que pediram o uso da palavra na presente sessão, é uma forma de
360 trazer mais transparência no ato de expansão da Instituição, o que significa o cuidado

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
ATA DA 236ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

361 de todos na tomada de decisão. Em seu entendimento, diante dos dados e relatos, a
362 atuação na área de Família se revela a mais penosa, pois, além da responsabilidade
363 em dar conta das demandas e uma série de intimações, é preciso manter a
364 humanidade do atendimento. Infelizmente, talvez por uma questão financeira, a
365 DPE/BA está muito atrás do MP e Judiciário em relação a automação promovida por
366 esses órgãos, ao passo que parabeniza a Administração pela realização de licitação
367 para contratação de empresa de software. Ressaltou a necessidade da criação de mais
368 unidades em Feira de Santana e Camaçari, e rede de apoio com servidores, pois são
369 comarcas em que enfrenta um volume imenso de demandas. **A Cons. Maria**
370 **Auxiliadora consignou que** vota favoravelmente no sentido da criação de todas as
371 unidades propostas. Ressaltou que ratifica a importância da presença dos
372 Coordenadores e dos colegas nas sessões do CS, o que trouxe vida e alegria ao
373 Colegiado. Consignou que gostou muito da manifestação dos colegas que aqui
374 solicitaram o uso da palavra no início do julgamento do presente ponto. É preciso
375 aprender a defender os interesses e ocupar os espaços. Consignou que gostou muito
376 dos esclarecimentos prestados pela Coordenadora Executiva das DP's Especializadas.
377 Salientou que o trabalho da área de Família é incansável, é preciso ter paciência e
378 atenção para ouvir e, além disso, os processos são intermináveis. Em relação aos
379 Juizados, conforme verificado quando atuou nessa área, o trabalho é extremamente
380 volumoso. Os assistidos estão predominantemente nos Juizados, e espera algum
381 projeto de modo a atender as demandas volumosas, inclusive, no quantitativo de
382 audiências. É necessário ter atuação no Juizado Cível, Consumidor e Criminal. Em
383 relação a atuação no Cível, ela se revela bastante peculiar, e é responsável por pelo
384 menos 70% das demandas da área. A demandas são altas e as matérias complexas,
385 que tratam de questões fáticas, e a Defensoria litiga com escritórios de advocacia de
386 alta repercussão, o que é preciso ter uma atenção redobrada, em especial para tornar
387 possível o recebimento dos recursos nas Instâncias Superiores. Aduziu que entende
388 perfeitamente o pleito dos colegas, se solidariza, e torce para uma maior visibilidade,
389 pois, inclusive, a visibilidade do trabalho em Brasília depende dessa especializada.
390 Consignou que, em relação a lista de transmissão ventilada pelo Cons. Bruno Moura,
391 também recebeu e, diante das falas dos demais e do Presidente do CS, é preciso olhar
392 para frente e não para o retrovisor. A Defensoria é uma Instituição e o pensamento
393 deve ser uníssono em prol do crescimento. **A Presidenta do CS, em substituição,**
394 **reitera que** vota favoravelmente no sentido da criação de todas as unidades propostas.
395 **Deliberação:** À unanimidade, pela aprovação da criação das unidades defensoriais
396 nos termos da proposta apresentada. **Item 03 - Modificação das atribuições do 6º**
397 **DP de Direitos Humanos. A Presidenta do CS, em substituição, esclareceu que** a
398 unidade em referência era ocupada pela Defensora Pública, Walmary Pimentel e,
399 atualmente, se encontra vaga. A Coordenação de Direitos Humanos, em diálogo com a
400 Coordenação das Especializadas, apresentou uma proposta no sentido de reformular o
401 conteúdo das atribuições, no sentido de ser destinada à defesa das mulheres.
402 Conforme ressaltado pela Coordenação Executiva, o objetivo é atender as
403 peculiaridades do gênero como um todo, e avançando em políticas públicas em prol da
404 redução de situações de violação de direitos. Salientou que os Conselheiros receberam
405 a proposta, a qual contém uma série de justificativas e dados. **Ato contínuo,**

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
ATA DA 236ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

406 **realizados breves esclarecimentos pela Coordenadora Executiva das DP's**
407 **Especializadas**, a qual destacou que a proposta foi dialogada com os demais titulares
408 da Especializada e visa atender uma área deficitária, na forma do arquivo áudio visual
409 disponível para acesso no canal da DPE/BA no *Youtube*, por meio do link:
410 "<https://www.youtube.com/watch?v=ep93suTUmww>", todos os membros votaram
411 favoravelmente no sentido da aprovação da proposta de modificação das atribuições
412 do 6º DP de Direitos Humanos. **A Cons. Ana Valéria ressaltou que**, após verificar os
413 esclarecimentos espostos pela Coordenação Executiva, é plenamente possível e
414 razoável a readequação do volume de trabalho, sem prejuízo algum. Aduziu que é uma
415 DP de busca ativa e necessita de uma atuação em rede, articulação com a Sociedade
416 Civil e Ouvidoria. Ressaltou a necessidade das Coordenações estarem presentes, pois,
417 esclarecimentos são realizados. **O Cons. Bruno Moura consignou que** é importante
418 que se estabeleça o compromisso que haverá a equalização de algo que, de fato, já
419 existe na divisão interna dos trabalhos e está sendo remanejado dentro da estrutura.
420 Aduziu que, diante dos esclarecimentos prestados pela Coordenação Executiva das
421 DP'S Especializadas, e pela Coordenação de Direitos Humanos, restou claro que não
422 haverá qualquer prejuízo na atuação da DPE/BA em relação às temáticas da pessoa
423 com deficiência e violência institucional. Ademais disso, atende também a um tema que
424 é muito trazido pela Sociedade Civil, que é a violência de gênero, e permite uma
425 atendimento integrado, observando a condição de maior vulnerabilidade se comparado
426 com outros casos. **A Cons. Clarissa Lima consignou que conseguiu** compreender
427 que a proposta não irá trazer qualquer prejuízo aos assistidos e nem pra atividade fim.
428 Ressaltou que, durante o curso de capacitação, ficou admirada com a forma e a
429 dinâmica que funciona o NUDEM da DPE/BA, uma vez que toda demanda decorrente
430 da situação de violência é resolvida em um único local. Ressaltou que integrou o GT de
431 Igualdade Racial, e foi elaborada a Política de Igualdade Racial, e restou um
432 sentimento no sentido de que, a propositura final de instalação de um Núcleo de
433 equidade racial não se concretizou. Desta feita, em um momento como o presente em
434 que se adequa uma unidade de DH, poderia ser pensada na efetivação desse núcleo.
435 **A Presidenta do CS, em substituição, esclareceu** que a atuação existirá, todavia,
436 será mais ampla. Todavia, é um debate que merece uma maior maturação, inclusive,
437 com os titulares dessas DP's. **A Cons. Maria Auxiliadora consignou que** vota
438 favoravelmente no sentido da modificação das atribuições do 6º DP de Direitos
439 Humanos, na forma da proposta. Aduziu que de fato se busca a readequação de uma
440 DP vaga para uma área de atuação deficitária. Aduziu que espera que se abram mais
441 unidades, a exemplo da presente modificação, pois considera até insuficiente para as
442 atuais demandas. **O Cons. Lucas Melo e a Cons. Manuela Passos consignaram** que
443 votam no sentido da modificação das atribuições do 6º DP de Direitos Humanos, na
444 forma da proposta. O Cons. Lucas Melo ressaltou que o fortalecimento de uma atuação
445 em rede é fundamental, o que torna a atuação da DPE/BA extremamente visível. **O**
446 **Presidente da ADEP/BA registrou** o volume de dados e a presença de todas as
447 Coordenações, o que contribuiu em muito para o debate. Inclusive, o CS deve se
448 debruçar pelo grande debate em tornar mais equânime e proporcional a divisão de
449 trabalho dos colegas. Ressaltou, ainda, que considera importante o enfrentamento da
450 automação dos processos, dado que trabalhar uma ferramenta tecnológica é

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
ATA DA 236ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

451 fundamental. Por fim, parabenizou a atuação voluntária dos colegas no trabalho
452 desenvolvido nas eleições, enquanto membros do Observatório Eleitoral. **Deliberação:**
453 À unanimidade, pela aprovação da modificação das atribuições do 6º DP de Direitos
454 Humanos. **Item 04 – Edital de Remoção para Classe Inicial, Intermediária e Final. A**
455 **Presidenta do CS, em substituição, consignou que** o presente Edital segue o
456 padrão dos anteriores já aprovados e deflagrados pelo CS. Todos os membros votaram
457 favoravelmente pela aprovação da minuta apresentada. **A Cons. Ana Valéria solicitou**
458 **que** fosse disponibilizada uma cópia de todo o organograma das unidades
459 defensoriais, a fim de facilitar a identificação das atribuições pelos colegas. **A**
460 **Coordenadora das DP’s Especializadas consignou que** as unidades de apoio Cível,
461 que foram criadas na presente, não há como vincular a determinada vara judicial, pois,
462 o trabalho poderá ser readequado de acordo com a demanda e sazonalidade. **A Cons.**
463 **Ana Valéria aduziu que** fosse encaminhada as informações para que os colegas
464 tenham uma noção no momento de definir a escolha no processo de remoção.
465 **Deliberação:** À unanimidade, pela aprovação do Edital de Remoção para Classe
466 Inicial, Intermediária e Final. Nada mais havendo, o Presidente do CS, em substituição,
467 agradeceu a presença de todos e eu, _____ Diogo de Castro Costa,
468 Secretário Executivo do CS, lavrei a presente ata, que depois de lida e achada
469 conforme, será devidamente assinada por todos.//

470
471
472
473

Rafson Saraiva Ximenes
Presidente do Conselho Superior

Firmiane Venâncio do Carmo Souza
Conselheira Subdefensora Pública Geral

Isabel Cristina Souza Neves Almeida
Conselheira Corregedora-Geral Adjunta

Donila Ribeiro Gonzalez de Sá Fonseca
**Coordenadora Executiva das DP’s
Especializadas**

Bruno Moura de Castro
Conselheiro Titular

Ana Valéria Brasil
Conselheira Titular

Clarissa Verena Lima Freitas
Conselheira Titular

Lucas Silva Melo
Conselheira Titular

Manuela Santana Passos
Conselheira Titular



Defensoria Pública
BAHIA

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
ATA DA 236ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Maria Auxiliadora Santana B. Teixeira
Conselheira Titular

Igor Raphael de Novaes Santos
Presidente da ADEP/BA

Sirlene Vanessa de Souza Assis
Ouvidora Geral da DPE/BA